

NORTEC QUÍMICA S/A

CNPJ/MF 29.950.060/0001-57

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Sr.s acionistas: Dando cumprimento as disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Sociedade, bem como as notas explicativas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, do exercício encerrado em 31/12/2015.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2015 E DE 2014 (Em R\$ mil)		
	2015	2014
ATIVO		
Circulante:	91.003	68.601
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	10.572	6.493
Aplicação Financeira (nota 6)	12.856	11.379
Contas a receber (nota 7)	15.461	26.358
Estoque (nota 8)	47.463	20.045
Impostos a recuperar (nota 9)	2.855	2.542
Outros	1.796	1.784
Não Circulante:	43.803	23.330
Realizável a longo prazo	2.007	976
Impostos a recuperar	932	932
Outros	1.075	44
Investimento (nota 10)	79	79
Imobilizado líquido (nota 11)	41.711	22.275
	41.711	22.275
PASSIVO	134.806	92.354
Circulante:	30.865	15.918
Fornecedores (nota 14)	11.148	4.103
Empréstimos e financiamentos (nota 12)		
Com terceiros	8	-
Com parte relacionada - BNDES	1.625	925
Obrigações sociais e trabalhistas	2.113	1.882
Obrigações fiscais	4.765	4.793
Dividendos mínimos obrigatórios	5.447	3.193
Outros	5.759	1.022
Não Circulante:	21.562	13.016
Empréstimos e financiamentos (nota 12)		
Com terceiros	11	-
Com parte relacionada	18.464	9.760
Contingências	1.328	1.437
Outros	1.759	1.819
Patrimônio líquido (nota 17)	82.379	62.997
Capital social	33.477	30.575
Reserva de lucros	48.902	32.422
Reserva Legal	4.533	3.262
Reserva de Retenção de Lucros	44.369	29.160
Total do passivo e patrimônio líquido	134.806	91.931

Notas explicativas. 1. **Contexto operacional.** As atividades da Nortec Química S.A. ("Cia." ou "Nortec Química") compreendem basicamente na industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos químicos e farmacológicos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias de produtos, prestação de serviços de assistências técnicas nas áreas comercial, tecnológica e de produção de terceiros. Está localizada na Rua Dezesseis, 200 A, B, C, D, no Distrito Industrial Duque das Caxias em Xerém, cidade de Duque de Caxias/RJ. Em 23/11/2012, a Cia. obteve o registro de Cia. sob a denominação "Nortec Química" na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Essa categoria autoriza a negociação de quaisquer valores mobiliários do emissor de forma que não implique a desistência da Atividade de Fabricação de Insumos Farmacológicos. Do portfólio de produtos, a Blavier Farmocintiva, e de forma regular e contínua, complementam a lista dos principais clientes: Brainfarm, Cristália, União Química, Aspen, Takeda, Medley e Eurofarma. 1.1. **Eventos ocorridos no exercício de 2015:** a. **ANVISA:** A Cia. sofreu uma inspeção realizada no período de 03 a 08/08/2015 pelo órgão de Vigilância Sanitária (ANVISA), resultando em um termo de interdição parcial para suas atividades de fabricação de insumos farmacológicos (IFA) expedido às 11:15 de 23/09/2015. Os estoques de IFA's (Insumos Farmacológicos Ativos) disponíveis na data da interdição, bem como os produtos de revenda, não foram alvo da citada interdição. A Cia. diligenciou ações imediatas de adequações na área produtiva, emissão e revisão de procedimentos internos e treinamento de pessoal, a fim de atender às exigências apontadas pela Agência Reguladora. Assim sendo, em 28/09, a Cia. apresentou a ANVISA e SUVISA, um Relatório de Ações Corretivas implementadas, e ao mesmo tempo solicitou uma nova inspeção para o início do mês de outubro, para fins de desinterdição. Em 29/10/2015, a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), através da SUVISA/RJ (Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado de Rio de Janeiro), emitiu o termo de desinterdição da Atividade de Fabricação de Insumos Farmacológicos. No período de 2015, a Companhia, encerramos o ano de 2015 com 13 produtos validados para comercialização, não apresentando um impacto relevante no faturamento total da Companhia. b. **Compra de um Terreno:** Em 09/2015, a Cia. adquiriu uma área de 14.974,98 m² da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - CODIN, contigua às suas atuais instalações industriais, pelo valor de R\$1,1 milhão, para futuras ampliações. 2.1. **Licença de Operação:** A Cia. obteve do INEA/RJ (Instituto Estadual do Ambiente) a licença de operação nº IN 025803, iniciado em 12/2013 válido até 12/2017. 2. **Apresentação e base de preparação das Informações Financeiras.** 2.1. **Declaração de conformidade.** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM 581 e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM. A emissão das presentes demonstrações financeiras, foram aprovadas pela Administração da Cia. em 28/03/2016. 2.2. **Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, conforme as práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo de produtos e contraprestações pagas em troca de ativos. 2.3. **Moeda funcional e de apresentação.** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Cia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 3. **Resumo das principais práticas contábeis.** 3.1. **Caixa e equivalente de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. 3.2. **Contas a receber de clientes.** Estão apresentadas pelo valor de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data dos balanços. A provisão para perdas com créditos é fundamentada em análise dos créditos, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização de tempo substancial. 3.3. **Contingências fiscais.** A receita e mensuração pelo valor justo da contrapartida acumulada reconhecida em "Outros resultados abrangentes" é baseada no valor justo reconhecido a parte que não é mais reconhecida com base no valor justo relativo dessas partes. 3.4. **Passivos financeiros.** Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros". a. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se: • Foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo; • Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Cia. e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e • É um derivativo não designado como instrumento de "hedge" efetivo. Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se: • Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir; • O passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentadas da Cia., e quando as informações a respeito da Cia. forem fornecidas internamente com a mesma base; ou o ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa 18. b. **Empréstimos e financiamentos.** Os empréstimos são mensurados inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captações (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Cia. tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. c. **Outros passivos financeiros.** Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. d. **Contratos de garantia financeira.** A Cia. não possui contratos de garantia financeira e **Baixa de passivos financeiros.** A Cia. baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Cia. são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. 3.5. **Investimentos.** O investimento na Sociedade em Conta de Participação em conjunto com a Cambrex Profarmaco do Brasil Ltda. está registrado pelo método de equivalência patrimonial. 3.17. **Demonstração do valor adicionado.** A Cia. elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Trimestrais conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às Cia. abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. 4. **Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis.** Na aplicação das políticas contábeis da Cia. descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente quanto o futuro. 4.1. **Principais fontes de incerteza nas estimativas.** A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e das principais fontes de incerteza nas estimativas na data de cada período relatórios, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício. **Vida útil dos bens do imobilizado.** A Cia. considera que o valor contábil líquido do ativo imobilizado não excede ao seu valor recuperável. **Provisão para contingências.** As contingências são analisadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos. Essas avaliações envolvem julgamentos da Administração. **Avaliação de instrumentos financeiros.** Conforme descrito nas notas explicativas 3 e 8, a Cia. usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa 18 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros. 4.2. **Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de normas.** Os novos pronunciamentos, alterações e interpretações de normas que poderiam ser relevantes para a Cia. estão divulgados abaixo: • IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", publicada em 07/2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financeira Instrumentos: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A norma não foi adotada de maneira antecipada pela Cia. que está avaliando o impacto da norma nas demonstrações financeiras. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º/01/2018. • IFRS 15 "Receita de Contratos com Clientes", exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A adoção será requerida a partir de 1º/01/2018 e a Cia. está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

5. **Caixa e equivalente de caixa.** 31/12/2015 31/12/2014
Caixa e bancos 7.040 5.906
Aplicações financeiras em fundos de investimento (i) 3.532 587
10.572 6.493
(i) Referem-se a quotas de fundos de investimento com resgate automático que possuem alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. **Aplicações financeiras** 31/12/2015 31/12/2014
Operações com emissoras - DI 8.072 7.388
Certificados de Depósitos Bancários - CDB 4.784 3.991
12.856 11.379

A Administração da Cia. não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os montantes vencidos há mais de 91 dias, referem-se a vendas destinadas principalmente ao Governo. A Administração estima não haver perdas com crédito e os valores são considerados recuperáveis.

8. **Estoque** 31/12/2015 31/12/2014
Produtos acabados (a) 9.144 7.245
Produtos em processo (b) 8.764 4.324
Produtos para revenda (b) 800 463
Importação em andamento 383 523
Materias-primas (c) 28.139 7.205
Almoarado 47.263 285
21.562 20.045

(a) O estoque de produtos acabados da Cia. é pulverizado, sendo os seguintes produtos que apresentaram maior representatividade em 31/12/2015: Lamivudina, Efavirenz e Epriconazolona, com 23%, 15% e 9% do total do saldo, respectivamente. Em 31/12/2014, os produtos acabados de maior representatividade eram: Lamivudina, Citrato de Zalcitabina e Fumarato de Zalcitabina, com 13%, 13% e 12% do total do saldo, respectivamente. (b) Os produtos para revenda da Cia. que apresentaram maior representatividade em 31/12/2015, foram: Salicilato de Metila e Ácido Salicílico com 35% e 18% do total do saldo, respectivamente. Em 31/12/2014, os produtos para revenda que apresentaram maior representatividade, eram: Ácido Acetilsalicílico AAS 200 e Ácido Salicílico, com 61% e 13% do total do saldo da conta, respectivamente. (c) As matérias-primas que apresentaram maior representatividade em 31/12/2015, foram: Trifluorazidina, Salicilato de Lamivudina, Ciclopentileno e Tibendazol com 32%, 20%, 12% e 5% do total do saldo, respectivamente. Em 31/12/2014, as matérias-primas que apresentaram maior representatividade, eram: Pseudoefedrina Base, Intermedíario de Ribavirina, Tibendazol e Cloroto de 2-Metil-Benzidrília, com 21%, 11% e 7% do total do saldo, respectivamente. (d) Os produtos em processo que apresentaram maior representatividade em 31/12/2015, foram: Maleato de Midazolam Purificado, Zidovudina e Orfenadrina Base Bruta com 21%, 13% e 8% do total do saldo, respectivamente. Em 31/12/2014, os produtos em processo que apresentaram maior representatividade, eram: Clonazepam Cloridrato Bruto, Lidocaina Base Bruta e Maleato de Midazolam Bruto, com 14%, 11% e 11% do total do saldo, respectivamente. A Administração da Cia. revisa trimestralmente a provisão para perda nos estoques de produtos acabados. O valor da provisão para perda em 31/12/2015 é de R\$1.693 (R\$1.345 em 31/12/2014).

Saldo em 31/12/2014 1.345
Adições 2.862
Reversões (2.514)
Saldo em 31/12/2015 1.693

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS			
	2015	2014	
(Em R\$ mil, exceto lucro líquido por ações)			
Operações em continuidade			
Receita	145.243	116.017	
Custo das vendas	(94.871)	(80.517)	
Lucro bruto	50.372	35.500	
Outras receitas	196	1.041	
Despesas administrativas	(7.590)	(8.592)	
Despesa de vendas	(279)	(375)	
Salários e encargos sociais	(6.700)	(5.616)	
Subvenção para pesquisa	704	702	
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	(77)	
Depreciação e amortização	(388)	(377)	
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	36.004	22.257	
Receitas financeiras	1.781	1.462	
Despesas financeiras	(1.215)	(1.031)	
Despesas JCP	(3.937)	(2.576)	
Resultado líquido das operações descontinuadas (despesas líquidas)	(3.082)	(1.770)	
Resultado antes dos impostos	32.912	20.487	
Imposto de renda e contribuição social corrente	(11.393)	(8.460)	
Imposto de renda e contribuição social diferido	(37)	461	
Resultado líquido das operações em continuidade	21.482	12.488	
Operações descontinuadas			
Resultado líquido das operações descontinuadas (despesas líquidas)	21.482	12.488	
(+) Reversão de Juros/Si/Capital Próprio	3.937	2.576	
Lucro do exercício	25.419	15.064	
Resultado atribuído para			
Acionistas controladores	9.501.915	9.501.915	
Acionistas não controladores	2.375.480	2.375.480	
	11.877.395	11.877.395	
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em R\$)	2,14	1,27	

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE			
	2015	2014	
(Em R\$ mil, exceto lucro líquido por ações)			
Lucro Líquido do período	21.482	12.488	
Resultado abrangente do período	21.482	12.488	

tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Uma evidência objetiva pode incluir: • Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou • Violação de contrato, com uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou • Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou • Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. • Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentar-se quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Cia. na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de 90 dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis. Para os ativos financeiros recuperáveis ou subsequentemente revertidos por meio do resultado se um aumento no valor justo do investimento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável. **Baixa de ativos financeiros.** A Cia. baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Cia. não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Cia. reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que lhe são devidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Cia. continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulada que foi reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado. Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade, a Cia. aloca o valor contábil anterior do ativo financeiro entre a parte que ele continua a reconhecer devido ao envolvimento contínuo e a parte que ele não mais reconhece, com base no valor justo relativo dessas partes na data da transferência. A diferença entre o valor contábil alocado à parte que não é mais reconhecida e a soma da contrapartida recebida pela parte que não é mais reconhecida e qualquer ganho ou perda acumulada alocado e reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é reconhecida no resultado. Os passivos financeiros são classificados como "Outros resultados abrangentes" se alocado entre a parte que continua a reconhecer e a parte que não é mais reconhecida com base no valor justo relativo dessas partes. 3.15. **Passivos financeiros.** Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros". a. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se: • Foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo; • Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Cia. e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e • É um derivativo não designado como instrumento de "hedge" efetivo. Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se: • Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir; • O passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentadas da Cia., e quando as informações a respeito da Cia. forem fornecidas internamente com a mesma base; ou o ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa 18. b. **Empréstimos e financiamentos.** Os empréstimos são mensurados inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captações (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Cia. tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. c. **Outros passivos financeiros.** Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. d. **Contratos de garantia financeira.** A Cia. não possui contratos de garantia financeira e **Baixa de passivos financeiros.** A Cia. baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Cia. são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. 3.16. **Investimentos.** O investimento na Sociedade em Conta de Participação em conjunto com a Cambrex Profarmaco do Brasil Ltda. está registrado pelo método de equivalência patrimonial. 3.17. **Demonstração do valor adicionado.** A Cia. elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Trimestrais conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às Cia. abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. 4. **Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis.** Na aplicação das políticas contábeis da Cia. descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente quanto o futuro. 4.1. **Principais fontes de incerteza nas estimativas.** A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e das principais fontes de incerteza nas estimativas na data de cada período relatórios, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício. **Vida útil dos bens do imobilizado.** A Cia. considera que o valor contábil líquido do ativo imobilizado não excede ao seu valor recuperável. **Provisão para contingências.** As contingências são analisadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos. Essas avaliações envolvem julgamentos da Administração. **Avaliação de instrumentos financeiros.** Conforme descrito nas notas explicativas 3 e 8, a Cia. usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa 18 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros. 4.2. **Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de normas.** Os novos pronunciamentos, alterações e interpretações de normas que poderiam ser relevantes para a Cia. estão divulgados abaixo: • IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", publicada em 07/2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financeira Instrumentos: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A norma não foi adotada de maneira antecipada pela Cia. que está avaliando o impacto da norma nas demonstrações financeiras. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º/01/2018. • IFRS 15 "Receita de Contratos com Clientes", exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A adoção será requerida a partir de 1º/01/2018 e a Cia. está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

5. **Caixa e equivalente de caixa.** 31/12/2015 31/12/2014
Caixa e bancos 7.040 5.906
Aplicações financeiras em fundos de investimento (i) 3.532 587
10.572 6.493
(i) Referem-se a quotas de fundos de investimento com resgate automático que possuem alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. **Aplicações financeiras** 31/12/2015 31/12/2014
Operações com emissoras - DI 8.072 7.388
Certificados de Depósitos Bancários - CDB 4.784 3.991
12.856 11.379

A Administração da Cia. não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os montantes vencidos há mais de 91 dias, referem-se a vendas destinadas principalmente ao Governo. A Administração estima não haver perdas com crédito e os valores são considerados recuperáveis.

8. **Estoque** 31/12/2015 31/12/2014
Produtos acabados (a) 9.144 7.245
Produtos em processo (b) 8.764 4.324
Produtos para revenda (b) 800 463
Importação em andamento 383 523
Materias-primas (c) 28.139 7.205
Almoarado 47.263 285
21.562 20.045

(a) O estoque de produtos acabados da Cia. é pulverizado, sendo os seguintes produtos que apresentaram maior representatividade em 31/12/2015: Lamivudina, Efavirenz e Epriconazolona, com 23%, 15% e 9% do total do saldo, respectivamente. Em 31/12/2014, os produtos acabados de maior representatividade eram: Lamivudina, Citrato de Zalcitabina e Fumarato de Zalcitabina, com 13%, 13% e 12% do total do saldo, respectivamente. (b) Os produtos para revenda da Cia. que apresentaram maior representatividade em 31/12/2015, foram: Salicilato de Metila e Ácido Salicílico com 35% e 18% do total do saldo, respectivamente. Em 31/12/2014, os produtos para revenda que apresentaram maior representatividade, eram: Ácido Acetilsalicílico AAS 200 e Ácido Salicílico, com 61% e 13% do total do saldo da conta, respectivamente. (c) As matérias-primas que apresentaram maior representatividade em 31/12/2015, foram: Trifluorazidina, Salicilato de Lamivudina, Ciclopentileno e Tibendazol com 32%, 20%, 12% e 5% do total do saldo, respectivamente. Em 31/12/2014, as matérias-primas que apresentaram maior representatividade, eram: Pseudoefedrina Base, Intermedíario de Ribavirina, Tibendazol e Cloroto de 2-Metil-Benzidrília, com 21%, 11% e 7% do total do saldo, respectivamente. (d) Os produtos em processo que apresentaram maior representatividade em 31/12/2015, foram: Maleato de Midazolam Purificado, Zidovudina e Orfenadrina Base Bruta com 21%, 13% e 8% do total do saldo, respectivamente. Em 31/12/2014, os produtos em processo que apresentaram maior representatividade, eram: Clonazepam Cloridrato Bruto, Lidocaina Base Bruta e Maleato de Midazolam Bruto, com 14%, 11% e 11% do total do saldo, respectivamente. A Administração da Cia. revisa trimestralmente a provisão para perda nos estoques de produtos acabados. O valor da provisão para perda em 31/12/2015 é de R\$1.693 (R\$1.345 em 31/12/2014).

Saldo em 31/12/2014 1.345
Adições 2.862
Reversões (2.514)
Saldo em 31/12/2015 1.693

NORTEC QUÍMICA S/A

CNPJ-MF 29.950.060/0001-57

Remuneração do pessoal-chave da Administração. O pessoal-chave da Administração da Cia. inclui os membros da diretoria estatutária e Conselho da Administração. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Cia. em 31/12/2015 e 2014 foram de R\$2.057 e R\$2.280 respectivamente.

	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores nacionais	950	1.194
Fornecedores estrangeiros (i)	10.198	2.909
	<u>11.148</u>	<u>4.103</u>

(i) Refere-se substancialmente a compra de matéria-prima importada. Em 31/12/2015, os principais produtos comprados foram: Trilix Azido Timidina, Intermediário de Evafrenex e Tenofovir (em 31/12/2014: Tenofovir e Metil Carboxi-imidazol). **15. Provisão para contingências.** A Cia. é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, civis e de outras naturezas, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela Administração em conjunto com seus consultores jurídicos externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Cia. constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda.

	Causas trabalhistas	
Saldo em 31/12/2014		1.437
Adições		235
Reversões		(253)
Baixas por pagamento		(91)
Saldo em 31/12/2015		<u>1.328</u>

Em 31/12/2015, a Cia. possuía R\$2.874 (R\$2.871 em 31/12/2014) relacionados a contingências trabalhistas, tributárias e cíveis cuja chance de perda é considerada possível, e pela própria definição, não foi contabilizada. **16. Imposto de Renda e Contribuição Social. a. Reconciliação das despesas do IR e da CS-corrente.** Os valores de IR e CS que afetaram o resultado do exercício apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal combinada:

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	32.912	20.487
Efeito na base do IRPJ e da CSLL sobre:		
Despesas não dedutíveis	2.640	3.788
Provisão para contingências	344	1.387
Exclusões:		
Reversão de Provisão de Perdas com Estoque	(1.345)	(412)
Reversão de Contingências	(235)	(30)
60% dispêndio com P&D Conf. Lei 11.196/2005	(192)	(213)
Outros	(314)	-
Lucro tributável	<u>33.810</u>	<u>25.007</u>
IR e da CS - 34%	11.495	8.502
Outros	(102)	(42)
IR e CS - resultado	<u>11.393</u>	<u>8.460</u>
Alíquota efetiva	<u>34%</u>	<u>34%</u>

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. A movimentação do imposto diferido ativo é a seguinte:

	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos oriundos de:		
Adições temporárias:		
Contingências	344	1.387
Reversão de Contingências	(235)	(30)
	<u>109</u>	<u>1.357</u>
	<u>37</u>	<u>461</u>

Imposto de renda e contribuição social diferidos - 34%

c. Adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais (REFIS) Lei 12.996/14. Em 07/08/2014, o Conselho de Administração aprovou a adesão da Cia. ao programa de redução e parcelamento de débitos federais conforme a Lei 12.996/14. A data de adesão ao REFIS foi 21/08/2014. A Receita Federal do Brasil consolidou parte do pedido de parcelamento em 25/09/2015 no montante de R\$433 Mil. A Cia. acionou os seus advogados tributaristas, para agilizá-los junto com a Receita Federal do Brasil a consolidação do saldo do parcelamento. As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas: • Parcelamento efetuado em 60 meses; • Parcelas com atualização monetária com base na taxa SELIC; • Redução da Multa de Mora de Ofício em 80%; • Redução dos Juros de Mora em 35%; • Redução do Encargo Legal de 100%; • Antecipação de 10% do Débito Parcelado em 5 meses; • Renúncia da Exigibilidade suspensa de Débitos Federais compensados por Per Dcomp's de Pis e Cofins não Homologadas pela Receita Federal no montante de R\$ 1.224; • Desistência de Parcelamentos Anteriores no montante de R\$ 811; • Os débitos tributários solicitados pela Cia. para a Adesão do Refis Lei 12.996/14, totalizou R\$ 2.034; Em 31/12/2015 o montante de R\$ 1.852 (R\$ 1.903 em 31/12/2014) está registrado na conta "outras obrigações".

	31/12/2015	31/12/2014
Parcelamento - IRPJ	443	443
Parcelamento - IRRF	-	183
Parcelamento - CSRF	998	1.027
Parcelamento - CSLL	-	201
Parcelamento - 12.996/14	411	-
Outros	-	49
	<u>1.852</u>	<u>1.903</u>

Circulante	96	87
Não Circulante	1.756	1.816

17. Patrimônio líquido. a. Capital social. Em 31/12/2015, o capital social autorizado, subscrito e integralizado da Cia. é de R\$33.477 (R\$30.575 em 31/12/2014) e está representado e dividido entre seus acionistas conforme abaixo:

	Ações Ordinárias	%	Total
Acionistas Controladores	9.501.915	80	9.501.915
Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES	2.375.479	20	2.375.479
Outros	1	0	1
Total	<u>11.877.395</u>	<u>100</u>	<u>11.877.395</u>

Ações ordinárias. Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Cia.. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Cia.. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Cia.. Em 8/03/2013, foi realizada uma AGE que converteu as ações preferenciais de titularidade do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, em ações ordinárias. Em 31/12/2014, foi realizada uma AGE que deliberou o aumento do capital social da Cia., com base na capitalização da reserva de lucros denominada "Reserva de Recuperação de Ações", no valor de R\$11.150. O capital social da Cia. de R\$19.425 aumentou para R\$30.575, sem emissão de novas ações pela Cia.. Em 30/04/2015, foi realizada uma AGO/E que deliberou o aumento do capital social da Cia., com base na capitalização da reserva de lucros, no valor de R\$2.902. O capital social da Cia. de R\$30.575 aumentou para R\$33.477, sem emissão de novas ações pela Cia.. **b. Dividendos.** O estatuto social da Cia. determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei 6.404/76 (Lei das S/As). Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	25.419	15.063
Constituição da reserva legal - 5%	(1.271)	(753)
Base de cálculo	24.148	14.310
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	6.037	3.577
Total na forma de juros sobre capital próprio e na forma de dividendos	6.037	3.577
IR S/ Juros sobre capital retidos em 2015	(590)	(385)
Total dos dividendos mínimos obrigatório a pagar - passivo	<u>5.447</u>	<u>3.192</u>

c. Natureza e propósito das reservas. Reserva Legal. É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva de retenção de lucros.** É constituída com a finalidade de assegurar a disponibilidade de recursos próprios para o desenvolvimento dos negócios sociais e destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para projeto de expansão da planta fabril da Cia., conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral de 30/04/2016. O lucro do exercício de 2015

remanescente após a destinação para a reserva legal e pagamento de dividendos mínimos obrigatórios foi destinado para a rubrica de Reserva de retenção de lucros. Em 31/12/2015 a reserva de retenção de lucros está desequilibrada uma vez que encontra-se superior ao capital social nesta data. A Assembleia Geral que aprovará a destinação do excedente das Reservas em relação ao Capital Social será realizada até 30/04/2016. A proposta da Administração da Cia. para este excedente de reserva de lucro é o aumento de capital social. **18. Instrumentos financeiros. 18.1. Gestão de risco de capital.** A Cia. administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Cia. permanece inalterada desde 2009. A estrutura de capital da Cia. é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa 12), deduzidos pelo caixa, saldos de bancos e pelo patrimônio líquido da Cia. (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados), conforme apresentado na Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido. A Administração revisa constantemente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. O índice de endividamento em 31/12/2015 e 2014 está demonstrado a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Passivo Circulante	30.885	15.918
Passivo Não Circulante	21.562	13.016
Total	<u>52.427</u>	<u>28.934</u>
Ativo total	134.806	91.931
Índice de endividamento líquido	<u>39%</u>	<u>31%</u>

(a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazo, conforme detalhados na nota 12. **18.2. Categorias de instrumentos financeiros.** Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Cia. foram:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Empréstimos e recebíveis mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	10.572	10.572	6.493	6.493
Aplicações financeiras	12.856	12.856	11.379	11.379
Contas a receber	15.461	15.461	26.358	26.358

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	(20.089)	(20.089)	(10.685)	(10.685)
Fornecedores	(11.148)	(11.148)	(4.103)	(4.103)

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Cia. foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Cia. não efetua aplicações de caráter especulativo ou de proteção ("hedge") em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **18.3. Objetivos da Administração dos riscos financeiros.** O Departamento de Tesouraria Corporativa da Cia. coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Cia. por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez. **18.4. Riscos de mercado.** Por meio de suas atividades, a Cia. fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. A Administração entende que esse risco é inerente ao perfil de sua operação e, portanto, bem equacionado. Logo, a Administração não usa instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados às taxas de câmbio e de juros, nem tampouco se utiliza de derivativos ou outros ativos de risco com caráter especulativo. As exposições ao risco de mercado são mensuradas em bases contínuas e acompanhadas pela Administração. **18.5. Gestão de risco de taxa de câmbio.** A Cia. faz algumas transações em moeda estrangeira; consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas. Os resultados estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano. Em 2015, o dólar norte-americano sofreu valorização de 47,01% frente ao real (2014 - valorização de 13,39%). É a seguinte a exposição ao risco de câmbio em 31/12/2015 e 2014, representado pelos valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira:

	31/12/2015	31/12/2014	Moeda de Exposição
Ativo			
Contratos de câmbio em andamento	6.264	3.891	US\$
Contas a receber	2.031	1.887	US\$
Adiantamento a fornecedores	4.452	744	US\$
Passivo: Seguro Transporte	389	221	US\$
Fornecedores	10.198	2.909	US\$

Em 31/12/2015 e 2014, a Cia. não possui empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. **18.6. Gestão do risco de taxa de juros. Ativos financeiros.** Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras no valor de R\$23.428 em 31/12/2015 (R\$17.872 em 31/12/2014) são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, consequentemente, na remuneração desses ativos. **Passivos financeiros.** A Cia. está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obtém empréstimos com taxas de juros pré-fixadas no valor de R\$20.089 em 31/12/2015 (R\$10.685 em 31/12/2014). Entretanto, as taxas obtidas nos financiamentos são baixas, comparadas a outras formas de financiamento existentes no mercado. Dessa forma, esse risco é significativamente atenuado. **18.7. Gestão de risco de crédito.** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Cia. a incorrer em perdas financeiras. A Administração adota uma política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A Cia. utiliza informações financeiras disponíveis publicamente e seus próprios registros para avaliar seus principais clientes. A exposição da Cia. e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas e o valor agregado das transações concluídas é dividido entre as contrapartes aprovadas. A exposição do crédito é controlada pelos limites das contrapartes, que são revisados e aprovados pela Administração. Do saldo de contas a receber de clientes no montante de R\$15.461 em 31/12/2015 (R\$26.358 em 31/12/2014), sendo os maiores volumes devidos pela Blavier Farmoquímica Ltda, Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Aspen Pharma Indústria Farmacêutica, Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica, e a União Química Farmacêutica Nacional S/A que foram os principais clientes da Cia. (vide nota explicativa 1). As demais contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber. Para fazer face a possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, é avaliada a necessidade de constituir-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para a cobertura desse risco. A Cia. não está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos. Adicionalmente, a Cia. não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros. As operações com instituições financeiras (caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras), no valor de R\$23.428 em 31/12/2015 (R\$17.872 em 31/12/2014), são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. **Gestão do risco de liquidez.** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Cia. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Cia. possui linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 5.000 à disposição para reduzir ainda mais o risco de liquidez.

	Em 31/12/2015	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Fornecedores	11.148	-	-	-	11.148
Financiamentos	1.625	7.381	11.083	20.089	
Em 31/12/2014	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total	
Fornecedores	4.103	-	-	4.103	
Financiamentos	925	4.748	5.906	11.579	

18.8. Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo. A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir: O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses

mercados. O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados. Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros não apresentam diferenças significativas dos valores contabilizados. Os maiores saldos referente a empréstimos estão vinculados ao BNDES, sendo assim operações em mercado exclusivo onde não existe previsibilidade de alta volatilidade em taxa de juros e as taxas efetivas representam boas aproximações a taxas de mercado. **19. Receita de Vendas.** Segue abaixo conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31/12/2015 e 2014:

	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta	152.501	123.801
Menos:		
Vendas Canceladas	(940)	(1.722)
Impostos sobre vendas	(6.318)	(6.062)
	<u>145.243</u>	<u>116.017</u>

20. Custos dos Produtos Vendidos

	31/12/2015	31/12/2014
Custos Produtos Vendidos	(90.479)	(77.917)
Custo dos Materiais	(62.782)	(51.595)
GGF e MOD	(27.697)	(26.322)
Custos Produtos Revendidos	<u>(4.391)</u>	<u>(2.600)</u>
	<u>(94.870)</u>	<u>(80.517)</u>

21. Resultado financeiro

Despesas financeiras

Juros	(368)	(414)
Juros S/Capital Próprio	(3.937)	(2.575)
Outros	(847)	(617)
	<u>(5.152)</u>	<u>(3.606)</u>

Receitas financeiras

Rendimento de aplicações financeiras	1.519	1.287
Outros	262	174
	<u>1.781</u>	<u>1.461</u>

Variação cambial, líquida

Resultado financeiro líquido

	<u>(3.092)</u>	<u>(1.770)</u>
--	----------------	----------------

22. Despesas operacionais

	31/12/2015	31/12/2014
Despesas com vendas	490	334
Despesas operacionais		
Despesas com pessoal	6.700	5.616
Serviços de terceiros (i)	3.803	2.489
Ocupação e utilidades	1.888	1.741
Despesas administrativas	1.773	3.098
Impostos e taxas (ii)	226	1.254
Depreciação	<u>388</u>	<u>377</u>
	<u>14.778</u>	<u>14.575</u>
	<u>15.268</u>	<u>14.909</u>

(i) Em 06/2015 a Administração da Cia. contratou uma empresa especializada, para auxiliá-la na elaboração do Planejamento Estratégico. (ii) Em 01/2014, ocorreu o indeferimento da homologação dos créditos tributários pela Receita Federal no montante R\$843, utilizados para compensar impostos federais (IRRF, IRPJ, CSLL, CSRF) em anos anteriores. Com o indeferimento desses créditos, a Cia. optou em parcelar os débitos que foram objetos de compensação. **23. Cobertura de seguros.** Em 31/12/2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$86.080 para danos materiais (R\$84.115 em 31/12/2014), e R\$25.480 para responsabilidade civil (R\$20.780 em 31/12/2014). **24. Lucro líquido por ação.** Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Earnings per Share), as tabelas a seguir reconciliam o lucro do exercício findos em 31/12/2015 e 2014, nos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31/12/2015	31/12/2014
Resultado Líquido das Operações Continuadas	21.482	12.488
(+) Reversão de Juros S/Capital Próprio	3.937	2.576
Lucro líquido	25.419	15.064
Quantidade de ações em circulação (em milhares)	11.877	11.877
Lucro líquido por ação (básico e diluído)	<u>2.14</u>	<u>1.27</u>

25. Eventos Subsequentes. Conforme nota explicativa 1.1, a Companhia sofreu uma interdição parcial das suas atividades de fabricação em setembro/2015. A Administração da Companhia vem realizando ações para a validação dos 45 produtos de seu portfólio. Ao longo do primeiro trimestre de 2016, foram validados mais 8 produtos (totalizando até o momento 21 produtos validados). Os produtos estão sendo validados a medida das necessidades do mercado, de modo a não prejudicar o faturamento da Companhia.

A DIRETORIA - Marco Antônio Souza Medeiros Contador CRC - RJ 084.090/O-7 - CPF 009.526.197-41	
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Aos Diretores e Acionistas da Nortec Química S.A. Duque de Caxias - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Nortec Química S.A. ("Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras. A administração da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Cia. para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cia.. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que	